

PRÁTICAS DE AGROECOLOGIA: SEMEANDO SUSTENTABILIDADE, SAÚDE E BEM VIVER ¹

Cleusa Maria Rossini², Sandra Beatriz Vicenci Fernandes³, Leonir Terezinha Uhde⁴, Daniel Rubens Cenci⁵, Márcia Sostmeyer Jung⁶, Fernanda Gewehr de Oliveira⁷

¹ Pesquisa Institucional desenvolvida no PPGSAS

² Mestranda PPGSAS - UNIJUÍ

³ Professora Doutora PPGSAS - UNIJUÍ

⁴ Professora Doutora DEAg - UNIJUÍ

⁵ Professor Doutor PPGSAS - UNIJUÍ

⁶ Mestranda PPGSAS - UNIJUÍ

⁷ Mestranda PPGSAS - UNIJUÍ

Resumo: A crise socioambiental que revela os impactos da mudança climática, bem como o aumento da demanda por alimentos, se agrava e se amplia na medida em que os gestores não têm obtido êxito nas políticas de redução das desigualdades. Frente a este quadro o sistema alimentar mundial requer novos arranjos para produzir alimentos de qualidade e para promover a sua distribuição de maneira justa e equitativa para toda a população, reduzindo assim, o problema da fome, respeitando os limites ambientais do planeta e promovendo melhores condições de vida para as pessoas. A agroecologia se apresenta como uma experiência que contribui para o desenvolvimento sustentável, capaz de reduzir os impactos ambientais, garantir a segurança, soberania alimentar e bem-estar da população, tornando-se uma ferramenta eficaz para se concretizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na promoção do bem viver. O objetivo da pesquisa é analisar referências, refletindo conceitos, informações e experiências, sobre a amplitude com que a agroecologia é praticada. Desenvolve-se a pesquisa mediante estudo bibliográfico e documental, na construção de uma abordagem sistêmica do tema, sob a ótica da Agenda 2030 da ONU.

Palavras-chave: Agenda 2030; Práticas agroecológicas; Soberania alimentar.

1 INTRODUÇÃO

O atual contexto traz a urgência de nos dedicarmos a pensar e planejar um futuro de maior segurança, expresso no conceito de saúde planetária, que transcende a saúde humana e estabelece vínculo de dependência da saúde ambiental, dos ecossistemas. A produção agropecuária tem sido alvo de preocupação, por seu alinhamento a um

modelo altamente impactante a saúde ambiental e, conseqüentemente, à saúde humana, a exemplo do emprego crescente de agroquímicos, que contaminam solo, água e alimentos. Portanto, o avanço na implementação de modelos de produção sustentável, como a produção orgânica e, um movimento mais amplo - a agroecologia – são fundamentais para estabelecermos uma melhor relação entre os sistemas produtivos e a saúde humana e ambiental.

A agroecologia é um movimento que transcende a visão de uma prática de manejo da agricultura e tem como princípio fundante assegurar a conservação e uso sustentável dos sistemas ambientais tanto em âmbito local como global. Trata-se de um enfoque científico que integra conhecimentos agronômicos com a ciência da ecologia e incorpora o saber popular sobre o ambiente, sobre o manejo dos recursos naturais nos processos produtivos agrícolas ou extrativistas, acumulado pelas comunidades tradicionais ou camponesas ao longo dos anos, articulando o conhecimento científico com estes saberes tradicionais (CAPORAL, s.d.). ALTIERI (2012) define a agroecologia como a ciência que se baseia na aplicação da ecologia em agroecossistemas sustentáveis, ou seja, se fundamenta nos conhecimentos e técnicas desenvolvidos por agricultores, num processo de contínua experimentação.

Leff (2015) sublinha que a dimensão de sustentabilidade, em que pese suas multifacetadas interpretações, deve incorporar o saber e assegurar a participação das comunidades na apropriação e transformação de seus recursos ambientais, com suas formações simbólicas e o sentido de suas práticas sociais. Para além de uma forma de manejo e ocupação de espaços, a agroecologia tem avançado por diversas regiões e se mostrado eficaz na produção e distribuição de alimentos mais saudáveis, na promoção do desenvolvimento e na melhora da qualidade de vida das comunidades que a praticam. Nesse sentido, a agroecologia é uma via importante na implementação de estratégias para viabilizar produções de alimentos em pequena escala, em função principalmente da baixa dependência de insumos.

Deste modo, pretende-se aqui estabelecer uma discussão pautada na agroecologia, como uma experiência que contribui para o desenvolvimento sustentável, capaz de reduzir os impactos ambientais, garantir a segurança alimentar e bem-estar da população, tornando-se uma ferramenta eficaz para se concretizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a promoção do bem viver.

Este texto tem como objetivo compilar referências, refletindo conceitos e informações sobre a amplitude com que a agroecologia é praticada em prol do meio ambiente sustentável, em uma perspectiva do Bem Viver. Metodologicamente, trata-se de pesquisa bibliográfica de

caráter qualitativo, com cunho exploratório e de análise de caso. A análise se dá sobre as práticas realizadas pela Rede ECOVIDA de Agroecologia.

2 PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS SUSTENTÁVEIS NA PROMOÇÃO DA SAÚDE E BEM VIVER

De longa data, paralelamente a implementação da agricultura convencional, setores da sociedade vêm procurando estabelecer estilos de agricultura menos agressivos ao meio ambiente, sócio ambientalmente mais adequados, capazes de proteger os recursos naturais e produzir alimentos de melhor qualidade, contrapondo-se ao modelo agroquímico ou industrial de produção de alimentos.

No Brasil, com o intuito de buscar a reversão dos impactos econômicos e ambientais da agricultura convencional, iniciou-se nas décadas de 70 e 80 uma mobilização social em favor de uma nova proposta, conhecida como agricultura alternativa que se diferenciava pelo não uso de insumos químicos e das tecnologias empregadas tradicionalmente (NAVOLAR; RIGON; PHILIPPI, 2010). Integram essa vertente muitas correntes, conhecidas como agricultura biológica, biodinâmica, permacultura, entre outras. Entretanto como sublinha Caporal, (s.d.), uma agricultura que trata, por exemplo, apenas de substituir insumos químicos convencionais por insumos “alternativos”, “ecológicos” ou “orgânicos” não necessariamente será uma agricultura ecológica em sentido mais amplo.

Nesta busca e construção de novos conhecimentos, nasceu a Agroecologia, ciência holística, que é capaz de contribuir para o estabelecimento de processos de desenvolvimento mais sustentáveis. Desta maneira, a agroecologia significa uma resistência aos modelos agrícolas depredadores, desenvolve uma nova agricultura com saberes práticos para uma produção mais sustentável e “se orienta ao bem comum e ao equilíbrio ecológico do planeta, como uma ferramenta para a autossustentabilidade e a segurança alimentar das comunidades” (LEFF, 2002, p. 37).

O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (2010) explora, como os países podem e devem conseguir uma reorientação de seus sistemas agrícolas para modos de produção que são altamente produtivos, altamente sustentáveis e que contribuam para a realização progressiva do direito humano de alimentação adequada. Com base em uma extensa revisão da literatura científica publicada nos últimos cinco anos, o relatório identifica a agroecologia como um modo de desenvolvimento agrícola que não só mostra fortes conexões conceituais com o direito à alimentação, mas provou resultados para o rápido progresso na concretização deste direito humano para muitos grupos vulneráveis em vários países e ambientes. Destaca ainda que a agroecologia contribui fortemente para

o desenvolvimento econômico mais amplo e defende que a ampliação dessas experiências é o principal desafio no presente.

Além da segurança alimentar, que é o “direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente”, as práticas agroecológicas também tem como objetivo buscar a soberania alimentar, que consiste no direito de os povos optarem, com autonomia, sobre as políticas acerca do quê, para quem e em que condições produzir (MACHADO, 2017; BENINCÁ; BONATTI, 2020).

Neste contexto de desenvolvimento, a agroecologia representou a maneira de se produzir mais ajustada socio-ambientalmente, construindo um sistema agrícola sustentável com caráter interdisciplinar, com diretrizes inter-relacionadas com a proposta de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) adotada pelo Brasil, descrita no Artigo 3º, Lei 11.346/2006 – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN.

A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

A Agroecologia é acolhida como uma nova ciência em construção, como um paradigma, em que é possível reorientar o curso alterado dos processos de uso e manejo dos recursos naturais de modo a reduzir os danos ambientais e fortalecer a segurança alimentar e nutricional, com a oferta de alimentos saudáveis para todos. (CAPORAL, 2009). Os movimentos agroecológicos promovem a sustentabilidade ambiental, a segurança alimentar e mudanças sociais. Na mesma premissa, a sustentabilidade na agricultura, apoia-se no respeito e na preservação do meio ambiente, na justiça social e na viabilidade econômica da atividade, busca garantir para as gerações futuras o suprimento de suas necessidades e a qualidade de vida no planeta (NIEDERMAYER; PÁDUA; TURATTI, 2019).

A Agenda 2030, aprovada em dezembro de 2015 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, é um guia de ação estratégica para o alcance do desenvolvimento econômico, social e ambiental por parte dos 193 países que a subscreveram.

Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas 169 metas colocam a dignidade e a igualdade das pessoas no centro do desenvolvimento. Para a consolidação da Agenda 2030, o ODS 17 propõe reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável com ênfase nas parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Por conseguinte, a Agenda representa uma importante contribuição para a agroecologia e vice-

versa, por meio dos objetivos e metas, que precisam ser executados de maneira interligada aos ODS, que são abrangentes e envolvem temas de desenvolvimento social e econômico, incluindo pobreza, fome, saúde, educação, aquecimento global, igualdade de gênero, água, saneamento, energia, urbanização, meio ambiente e justiça social.

Exemplificando mais precisamente sobre a contribuição da agroecologia para a efetivação da Agenda 2030, tomamos o 2º ODS, que tem como objetivo acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável, garantindo o acesso de todos a alimentos seguros e nutritivos, por meio de uma produção mais sustentável. Ainda, o 3º ODS, que versa sobre a promoção da saúde e do bem-estar, definindo metas para este fim, como a redução da mortalidade infantil, e o 12º ODS, que busca assegurar a produção e o consumo sustentáveis para todos. As metas são definidas no sentido de promover programas de produção e consumo sustentáveis, com gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais, bem como a diminuição do uso de produtos químicos e poluentes no ambiente e a redução do desperdício de alimentos.

Assim, a agroecologia representa uma experiência que contribui para a sustentabilidade, pois trabalha com o máximo fortalecimento do agroecossistema, evitando que este dependa de insumos externos, especialmente daqueles provenientes de energia não-renovável e, deste modo, reduzindo os impactos ambientais, garantindo a segurança, a soberania alimentar e o bem-estar da população, tornando-se uma ferramenta eficaz para que se concretizem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

3 METODOLOGIA

A partir do tema abordado, busca-se a realização de uma contribuição social e acadêmica que propicie pensar a relevância da temática na perspectiva de considerar experiências que assegurem sustentabilidade socioambiental, fomentando a reflexão e o debate.

Em seu delineamento a pesquisa é exploratória e descritiva, de natureza qualitativa. Para os fins propostos utiliza dados bibliográficos disponíveis em diversas fontes, tais como artigos científicos e obras de referência sobre o tema, disponíveis em bases de dados e plataformas digitais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Rede ECOVIDA de Agroecologia

A Rede ECOVIDA, se concretiza a partir de uma identidade e do reconhecimento histórico entre as iniciativas de organizações não governamentais (ONGs) e organizações de agricultores construídas na região Sul do Brasil, a partir da necessidade de somar esforços

e dar consistência política ao movimento agroecológico. Sua formação oficial datada em 1998, como resultado da articulação iniciada anos antes por essas entidades. Atualmente conta com 27 núcleos regionais, abrangendo cerca de 352 municípios.

A rede integra, 340 grupos de agricultores distribuídos em 4.500 famílias e 20 ONGs. Quanto à comercialização de seus produtos, dentre as formas destacam-se as mais de 120 feiras livres ecológicas (SANTOS; FONSECA, 2004; MAGNANTI, 2019).

Neste contexto, a ECOVIDA representa um espaço de conexão e de interação entre seus participantes que formam núcleos regionais e juntos formam a Rede ECOVIDA de Agroecologia. A simbologia de rede é expressa na concepção de que os “nós” que a constituem, representam as pessoas que se envolvem e participam, já as “linhas” representam as interações que ocorrem entre os integrantes, ou seja, agricultores(as), técnicos(as), consumidores(as) e comerciantes, unidos em associações, cooperativas, ONGs e grupos informais que constituem Núcleos Regionais.

Constitui-se em uma rede horizontal e descentralizada, cuja missão é desenvolver e multiplicar iniciativas no âmbito da agroecologia, compreendendo o resgate do saber popular, em um movimento de reconhecimento e respaldo às famílias, grupos e associações, aproximando de forma solidária famílias do campo e da cidade.

Uma iniciativa de destaque da rede é seu papel no estabelecimento de um processo de certificação participativa. Atestar a conformidade dos processos agroecológicos que dão origem aos produtos comercializáveis é uma necessidade mercadológica. Via de regra a atestação de credibilidade é atribuída por agentes externos, num processo complexo e por vezes oneroso. Nesse sentido, o Sistema Participativo de Garantia gestado pela Rede orienta para obtenção do Certificado de Conformidade Orgânica assegurando a credibilidade do processo e do produto. O processo é realizado de forma descentralizada, por meio união de esforços, da participação, aproximação e compromisso entre os agricultores, técnicos e consumidores, assumindo um caráter pedagógico que sustenta a Rede.

Deste modo a Rede ECOVIDA é pioneira no desenvolvimento da certificação participativa, um sistema solidário de geração de credibilidade. O selo de certificação da Rede ECOVIDA expressa que o produto foi gerado com respeito ao meio ambiente e que é fruto de relações sociais justas, que visam a sustentabilidade. O selo ECOVIDA é o resultado de um processo participativo, que envolve uma série de procedimentos desenvolvidos dentro de cada núcleo regional, onde ocorre a filiação à Rede, a convivência e a verificação pelo Conselho de Ética, responsável pela atribuição do selo de conformidade, quando solicitado

pelo grupo (REDE ECOVIDA, 2021). A aplicação dos princípios e a verificação das normas de produção ecológica são realizadas com a participação efetiva dos agricultores envolvidos no processo

Dentre os principais objetivos da Rede ECOVIDA, destacam-se o resgate e valorização do saber popular através do fortalecimento de diferentes grupos articulados em prol de objetivos comuns, buscando construir uma identidade coletiva que se espelha na cooperação e em princípios condizentes com o desenvolvimento sustentável ao contemplar aspectos ambientais, sociais, econômicos e culturais (ECOVIDA, 2021).

Como exposto, as vantagens que surgem com uma rede de cooperação alicerçada na agroecologia são inúmeras: a troca de saberes, o reforço a uma identidade coletiva, o compartilhamento de conhecimento e de experiências e, principalmente, seu importante papel em consolidar um novo paradigma nas relações de produção e consumo. A agroecologia tem como características a integração, economia solidária/associativismo, a justiça social, inclusão e igualdade, harmonia e convivência fraterna (CEPAGRO, 2009). Oliveski (2019), em trabalho sobre a produção de base ecológica em município da região Noroeste do Rio Grande do Sul, destaca que O envolvimento das famílias, as lições ambientais desenvolvidas nos grupos assistidos pelas cooperativas, as trocas de conhecimento de práticas entre os 83 grupos e a inserção social dessas famílias pode transformar positivamente a qualidade de vida dos produtores orgânicos de base agroecológica.

Para além de seu importante papel na consolidação de modelos e práticas de agricultura sustentável, as quais integram uma concepção mais ampla, de sociedades sustentáveis, a agroecologia tem sido reportada como uma ponte ao bem-viver. Conforme Sorrentino e Moraes (2017, p.142)

Na direção do cuidado e da proteção às diferentes formas de vida, o conceito do “Bem Viver” - ou “Bom Viver” complementa de forma significativa a compreensão sobre o papel desempenhado pela agroecologia e pelos movimentos sociais de bandeira agroecológica nos tempos atuais. “Bem Viver” é um termo que vem sendo difundido pelos povos tradicionais da América Latina e é, provavelmente, a formulação mais antiga na resistência indígena da América contra a “colonialidade” do poder.

Em suma, o Bem Viver “apresenta-se como uma oportunidade de construir coletivamente novas formas de vida” (ACOSTA, 2016, p. 77) e, também, essencialmente como contraponto ao “viver bem” impulsionado pelos modos capitalistas de produção, no qual

o acúmulo e o individualismo imperam (SORRENTINO; MORAES, 2017). Os autores ainda destacam que, para além de conceitos teóricos, “o Bem Viver e a agroecologia se apresentam como propostas e, de forma conjugada, podem apoiar ainda mais fortemente o enfrentamento ao modelo de desenvolvimento que ignora a defesa da vida humana e das condições de vida no planeta” (SORRENTINO; MORAES, 2017. p.144).

Neste contexto, a Rede ECOVIDA, os movimentos sociais são elementos fundamentais, que através de suas práticas fomentam outros valores na sociedade. No cultivo e distribuição de alimentos estabelecem uma relação mais respeitosa com a natureza, tendo a preocupação em produzir de forma mais saudável e buscando o fortalecimento da cidadania e a aproximação como o Bem Viver.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar, planejar e conceber um futuro de maior segurança, que considere o conceito de saúde em sua amplitude e reconheça o vínculo de dependência com a saúde ambiental dos ecossistemas, passa por ampliar o espaço da agroecologia no contexto socioeconômico do país. Experiências concretas com a Rede ECOVIDA são exemplos das possibilidades ao nosso alcance na perspectiva de concretização paulatina de sociedades mais sustentáveis.

A agroecologia se constitui em uma via capaz de integrar as dimensões social, espacial, territorial, econômica e ambiental, assegurando segurança alimentar e nutricional como prioridade, unindo a necessidade de produção de alimentos e sua justa distribuição, pois une saberes e práticas integradas que podem representar o avanço, embora de forma gradual, de uma nova proposta.

Os espaços diversificados da inserção da agroecologia evidenciam sua contribuição para além da produção do alimento saudável, mas como o sustentáculo de uma rede que aposta na relação de confiança entre quem produz e quem consome, bem como a criação de novas alternativas e estilos de produção, a fim de promover benefícios que se estendem a toda sociedade.

Pela sua inerente capacidade de reduzir os impactos ambientais, garantir a segurança alimentar e bem-estar da população a agroecologia torna-se uma efetiva possibilidade de concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da promoção do bem viver. Redes de cooperação podem alavancar os processos necessários a consolidação e ampliação de movimentos ainda incipientes e oportunizar o desenvolvimento local e regional, visto sua grande contribuição social.

A agroecologia, antes de ser um novo modo de produção, é um modo de integrar a vida e o bem viver, que se fortalece na união das comunidades que a praticam.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Autonomia Literária. São Paulo: Elefante, 2016.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro. Expressão Popular/AS-PTA. 2012.

BENINCÁ, D.; BONATTI, L. C. Agroecologia: uma opção de sustentabilidade no campo e na cidade. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 15, n. 5, p. 191-203, 2020. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/23201>>. Acesso em: 19 fev. 2021.

BRASIL. Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano

à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 set. 2006.

CAPORAL, F.R. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. **Agroecologia. Desenvolvimento Rural Sustentável. Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: 2009.

CAPORAL, F.R. **Agroecologia não é um tipo de agricultura alternativa**. (s.d.) Disponível em: <http://frcaporal.blogspot.com/p/livros.html>

CEPAGRO. **Cartilha de agricultura urbana** – com enfoque agroecológico. Itajaí/SC, 2009. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/2019/susan/CEPAGRO%3B%202009%20-%20Cartilha%20de%20Agricultura%20Urbana%20com%20Enfoque>

ECOVIDA. **Sobre**. Disponível em: <http://ecovida.org.br/sobre/>. Acesso em: 12 set. 2020.

ECOVIDA. **Quem somos**. Disponível em: <http://ecovida.org.br>. Acesso em: 11 fev. 2021.

LEFF, E. **Agroecologia e saber ambiental**. Agroecologia e desenvolvimento rural Sustentável, v. 3, n. 1, p. 36-51, 2002. Disponível em: <http://taquari.emater.tche.br/docs/>

agroeco/revista/ano3_n1/revista_agroecologia_ano3_num1_parte08_artigo.pdf. Acesso em: 19 fev. 2021.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2015.

MAGNANTI, N. J. **Circuito Sul de circulação de alimentos da Rede Ecológica de Agroecologia, 2019**. Disponível em: [AS-PTA » Circuito Sul de circulação de alimentos da Rede Ecológica de Agroecologia](#). Acesso em: 24. Mar.2021.

MACHADO, R. L. A. **Conceitos**. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2017. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/aceso-a-informacao/institucional/conceitos>. Acesso em: 19 fev. 2021.

NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. ONU/Brasil – 2015. Disponível em: file:///C:/Users/OUTRO/Downloads/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf

NAVOLAR, T. S.; RIGON, S. A.; PHILIPPI, J. M. S. Diálogo entre agroecologia e promoção da saúde. **Rev. Brasileira de Promoção à Saúde**. Fortaleza, v. 23, n. 1, p. 69-79, 2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=408169744011>. Acesso em: 10 set. 2020.

NIEDERMAYER, G. W.; PÁDUA, L. N. B.; TURATTI, L. **As contribuições da agroecologia para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável ODS, 2019**. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/semic/article/view/19775>. Acesso em: 11 de set. 2020.

OLIVESKI, F.E. Produção de base ecológica na agricultura e reprodução social dos agricultores: um estudo no município de Santa Rosa (RS). Dissertação (mestrado) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Campus Ijuí). Desenvolvimento Regional. Ijuí, 2019. 109 f.

SANTOS, L.C.R.; FONSECA, M.F. Construindo a certificação participativa em rede no Brasil: cartilha para subsidiar as oficinas locais. Florianópolis: **Grupo de Trabalho de Certificação Participativa do GAO**, 2004. 44p.

SORRENTINO, M. MORAES, F.C. Agroecologia, movimentos sociais e Bem Viver. In: Educação, agroecologia e bem viver: transição ambientalista para sociedades sustentáveis. SORRENTINO, M.; RAYMUNDO, M.H.A.; PORTUGAL, S.; MORAES, F.C.;

SILVA, R. F. (org). Piracicaba, SP: **MH-Ambiente Natural**, 2017. p.135-48.

UNITED NATIONS - HUMAN RIGHTS COUNCIL Agroecology and the right to food. Report submitted by the Special Rapporteur on the right to food, Olivier De Schutter. 21 p. 2010. Disponível em: http://www.srfood.org/images/stories/pdf/officialreports/20110308_a-hrc-16-49_agroecology_en.pdf